

HDI Seguros S.A.

CNPJ nº 29.980.158/0001-57

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da **HDI Seguros S.A.** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A empresa

A **HDI** é uma empresa do grupo alemão Talanx e seu acionista direto é a empresa **HDI International AG** (anteriormente denominada **Talanx International AG**). Atuando no Brasil há 40 anos, a **HDI** conta hoje com uma estrutura de 67 filiais e escritórios, além de 46 unidades de atendimento a sinistros, os **HDI Bate-Pronto**. A Companhia atua em todo o território nacional, primordialmente na carteira de seguros massificados de automóvel e no ramo patrimonial.

O Grupo Talanx

O Grupo Talanx é o terceiro maior grupo segurador na Alemanha e um dos maiores da Europa. O Grupo com sede em Hannover atua em mais de 150 países e conta com mais de 21 mil colaboradores. Apresentou um forte crescimento na última década e atingiu uma receita de prêmios de 33,1 bilhões de Euros em 2017. A agência de classificação Standard & Poor's concedeu ao Grupo de Seguros Primários da Talanx, que considera as empresas de seguros diretos sem levar em conta as operações de resseguro, um rating de força financeira A+/estável (atribuído em 11/12/2018).

Desempenho no exercício

Além da solidez de seus acionistas, a Companhia atingiu provisões técnicas de R\$ 2,7 bilhões e Patrimônio Líquido de R\$ 1,1 bilhão, R\$ 280 milhões acima do capital mínimo requerido pelo regulador, oferecendo segurança e tranquilidade aos seus segurados.

A Companhia alcançou o montante de R\$ 3,4 bilhão de prêmios emitidos, sendo a seguradora que apresentou o maior crescimento em prêmios emitidos em comparação com 2017 nos três principais seguimentos de atuação: 13,2% em automóveis, ocupando a quinta colocação no ranking com 8,8% de *market share*; 34,8% em seguros residenciais, ocupando a sexta colocação no ranking com 5,2% de *market share*; e 304% em seguros empresariais, passando a figurar entre as dez companhias com maior faturamento (com base nos dados de mercado sobre prêmios diretos

emitidos em 2018, consolidados por grupo segurador). A partir de 2018 não é mais permitido que as seguradoras deduzam os custos iniciais de contratação dos prêmios no cálculo da provisão de prêmios não ganhos. Como consequência, tivemos um aumento na constituição de provisões técnicas de aproximadamente de R\$ 72 milhões (R\$ 40 milhões líquido de impostos) que reduziu o resultado do exercício. Vale lembrar que o efeito se dá apenas no ano da mudança dos parâmetros de cálculo e que esta redução no resultado não representa uma perda, mas a postergação no reconhecimento da receita. Apesar deste impacto significativo, o índice combinado que representa os custos operacionais em relação aos prêmios ganhos, apresentou uma redução de 0,9 ponto percentual. Se desconsiderarmos os efeitos que os custos iniciais de contratação tiveram no resultado de 2018, a queda teria sido de 3,2 pontos percentuais. Esta melhora decorre principalmente pela queda na sinistralidade de 68,0% para 67,0% em função do aumento dos prêmios médios e na melhora nas frequências e da eficiência operacional. O resultado financeiro reduziu de R\$ 261 milhões em 2017 para R\$ 193 milhões em 2018 em função da queda nas taxas de juros acumuladas nos períodos (o CDI saiu de 9,93% no acumulado até dezembro de 2017 para 6,42% no acumulado do mesmo período de 2018). A Companhia encerrou o exercício com um resultado antes dos impostos e participações de **R\$ 104,8 milhões**.

Perspectivas e planos da Administração para 2019

A Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (Cnseg) projeta um crescimento dos prêmios de seguro de automóvel entre 6,6% e 8,1% em 2019.

A **HDI** trabalha para ser uma seguradora humana, digital e inovadora. Com este intuito, firmou uma parceria com o Banco Santander Brasil para a criação da **Santander Auto**. Esta nova seguradora irá comercializar seguros de automóveis de forma 100% digital, reforçando a estratégia da **HDI** de promover cada vez mais soluções tecnológicas, bem como impulsionando a posição de liderança do banco no mercado de crédito para a compra e venda de veículos e na comercialização digital.

Declaração sobre capacidade financeira

A Companhia possui intenção e capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento, comprovada por projeções econômico-financeiras e estudos atuariais.

Política de distribuição e reinvestimento de lucros

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

A **HDI** tem distribuído aos seus acionistas valores superiores a esses dividendos mínimos a título de juros sobre capital próprio, sendo que o restante é acumulado nas reservas de lucros para capitalização da companhia.

Governança corporativa

Seguindo a política adotada pelo Grupo Talanx, a Companhia dá grande importância à manutenção de adequados controles internos e estrito cumprimento das políticas e dos procedimentos estabelecidos pela administração, das leis e dos regulamentos (*compliance*). Auditores externos independentes auxiliam a administração a atingir esse objetivo, sendo a PricewaterhouseCoopers responsável pela auditoria externa e a KPMG pela auditoria interna. O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria são compostos por executivos de larga experiência e prestígio nos setores nacional e internacional. A Companhia mantém ainda uma estrutura de controle interno, incluindo funções de *compliance* e gestão de riscos, que se encontram integralmente aderentes aos preceitos estabelecidos pelos normativos do CNSP e SUSEP.

Agradecimentos

Agradecemos aos mais de 23 mil corretores que mantêm operações com a **HDI**, pelo trabalho conjunto e pela confiança renovada com a qual fomos distinguidos; aos segurados; às autoridades da Superintendência de Seguros Privados, pela orientação e atenção dispensadas; e aos nossos funcionários, pela sua dedicação.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)			
ATIVO	Nota	2018	2017
CIRCULANTE		3.215.310	3.034.201
Disponível.....		18.149	24.815
Caixa e bancos.....		18.149	24.815
Aplicações	4	1.834.582	1.903.372
Créditos das operações com seguros e resseguros		907.207	672.206
Prêmios a receber.....	5a	896.428	658.698
Operações com seguradoras.....	5b	3.119	466
Operações com resseguradoras.....	6a	7.660	13.042
Outros créditos operacionais		6.839	3.425
Ativos de resseguros e retrocessão	6b/13a	59.341	68.044
Títulos e créditos a receber		28.939	24.211
Títulos e créditos a receber.....	7a	14.646	7.413
Créditos tributários e previdenciários.....	7b	7.169	9.527
Outros créditos.....		7.124	7.271
Outros valores e bens		30.905	39.307
Bens à venda.....	8	30.407	38.832
Outros valores.....		498	475
Despesas antecipadas		4.325	2.918
Custos de aquisição diferidos	9	325.023	295.903
Seguros.....		325.023	295.903
ATIVO NÃO CIRCULANTE		965.502	864.468
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		702.350	624.130
Aplicações	4	562.932	477.331
Créditos das operações com seguros e resseguros		82.702	86.809
Prêmios a receber.....	5a	-	6
Ativos de resseguros e retrocessão ...	6b/13a	82.702	86.809
Títulos e créditos a receber		51.946	58.032
Créditos tributários e previdenciários.....	7b	30.382	32.434
Depósitos judiciais e fiscais.....	15d	21.564	25.598
Despesas antecipadas		73	453
Custos de aquisição diferidos	9	4.697	1.499
Seguros.....		4.697	1.499
INVESTIMENTOS	10a	7.555	-
Participações societárias.....		7.555	-
IMOBILIZADO	10b	53.537	48.270
Bens móveis.....		30.607	27.937
Outras imobilizações.....		22.930	20.333
INTANGÍVEL	10d	202.060	192.068
Ágio.....		176.478	176.478
Outros intangíveis.....		25.582	15.590
TOTAL DO ATIVO		4.180.812	3.898.669
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
PASSIVO			
	Nota	2018	2017
CIRCULANTE		2.678.496	2.411.967
Contas a pagar		152.762	127.578
Obrigações a pagar.....		47.515	42.134
Impostos e encargos sociais a recolher.....		77.219	57.548
Encargos trabalhistas.....		15.446	14.252
Impostos e contribuições.....	11	8.188	12.492
Outras contas a pagar.....		4.394	1.152
Débitos de operações com seguros e resseguros		116.186	130.862
Prêmios a restituir.....		859	359
Operações com seguradoras.....		204	201
Operações com resseguradoras.....	6f	23.103	50.527
Corretores de seguros e resseguros.....		88.884	77.388
Outros débitos operacionais.....		3.136	2.387
Depósitos de terceiros	12	13.834	7.944
Depósitos de terceiros.....		13.834	7.944
Provisões técnicas - seguros	13	2.395.714	2.145.583
Danos.....		2.392.086	2.143.722
Pessoas.....		3.628	1.861
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		385.274	387.054
Contas a pagar		74.517	72.664
Tributos diferidos.....	14	72.977	71.196
Outras contas a pagar.....		1.540	1.468
Provisões técnicas - seguros	13	290.900	298.630
Danos.....		290.824	298.529
Pessoas.....		76	101
Outros débitos		19.857	15.760
Provisões judiciais.....	15	17.403	13.431
Outras provisões.....		2.454	2.329
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.117.042	1.099.648
Capital social.....	16a	755.043	755.043
Reservas de lucros.....		358.584	344.661
Ajuste de avaliação patrimonial.....		3.415	(56)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.180.812	3.898.669

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)			
	Nota	2018	2017
Prêmios emitidos.....		3.424.560	3.172.835
Variações das provisões técnicas de prêmios.....		(218.402)	(61.535)
PRÊMIOS GANHOS	17	3.206.158	3.111.300
Sinistros ocorridos.....	18a	(2.195.189)	(2.114.982)
Custos de aquisição.....	18b	(615.079)	(603.796)
Outras receitas e despesas operacionais	18c	(30.843)	(36.676)
Resultado com resseguro.....		(1.799)	(38.023)
Receita com resseguro.....	18d	28.816	(6.488)
Despesa com resseguro.....	18e	(30.615)	(31.535)
Despesas administrativas.....	18f	(365.809)	(344.265)
Despesas com tributos.....	18g	(81.199)	(81.955)
Resultado financeiro.....	18h/i	192.614	261.330
Resultado patrimonial.....	18j	55	-
RESULTADO OPERACIONAL		108.909	152.933
Ganhos ou perdas com ativos não correntes.....		(4.105)	(1.096)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		104.804	151.837
Imposto de renda.....	20	(9.743)	(20.630)
Contribuição social.....	20	(7.862)	(14.782)
Participações sobre o lucro.....		(6.414)	(6.148)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		80.785	110.277
Quantidade de ações.....	16a	64.175	64.175
Lucro líquido por ação - R\$		1.258,82	1.718,38
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)			
	2018	2017	
Lucro líquido do exercício.....	80.785	110.277	
Varição no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda.....	5.691	-	
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes.....	(2.276)	-	
Resultados abrangentes.....	3.415	-	
Total dos resultados abrangentes - atribuível aos acionistas controladores	84.200	110.277	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)			
	2018	2017	
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício.....	80.785	110.277	
Ajustes para:			
Variações das provisões técnicas de prêmios.....	218.402	61.535	
Varição do custo de aquisição diferido.....	(32.318)	1.824	
Varição da despesa de resseguro.....	13.998	90	
Depreciações e amortizações.....	19.336	17.040	
Ganho ou perda na alienação de imobilizado.....	4.105	1.096	
Provisão para redução ao valor recuperável.....	1.088	345	
Resultado de equivalência patrimonial.....	(55)	-	
Variação nas contas patrimoniais			
Aplicações.....	(16.811)	(77.588)	
Créditos das operações de seguros e resseguros..	(236.083)	(54.124)	
Outros créditos operacionais.....	(3.414)	1.581	
Ativos de resseguros e retrocessões - provisões técnicas.....	(1.188)	23.363	
Títulos e créditos a receber.....	3.635	(2.531)	
Outros valores e bens.....	8.402	(4.536)	
Despesas antecipadas.....	(1.027)	340	
Contas a pagar.....	42.921	29.931	
Débitos de operações com seguros e resseguros..	(14.676)	34.521	
Depósito de terceiros.....	5.890	(6.584)	
Provisões técnicas - seguros.....	23.999	14.593	
Outros débitos.....	4.097	4.951	
Ajuste com títulos e valores mobiliários.....	3.471	-	
Caixa gerado pelas operações	124.557	156.124	
Impostos sobre o lucro pago.....	(18.160)	(24.253)	
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	106.397	131.871	
Atividades de investimento			
Investimentos.....	(7.500)	-	
Aquisição de imobilizado e intangível.....	(39.253)	(22.644)	
Alienação de imobilizado.....	552	1.925	
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(46.201)	(20.719)	
Atividades de financiamento			
Juros/dividendos pagos.....	(66.862)	(107.886)	
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(66.862)	(107.886)	
Redução/(aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(6.666)	3.266	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício .	24.815	21.549	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício...	18.149	24.815	
Redução/(aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(6.666)	3.266	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de lucros		Ajustes com TVM	Lucros acumulados	TOTAL
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	743.043	12.000	40.847	301.423	(56)	-	1.097.257
Aumento de capital:							
AGE de 12/12/2016 Portaria SUSEP DIORG nº 216 de 06/02/2017.....	12.000	(12.000)	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários.....	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos.....	-	-	-	(37.000)	-	-	(37.000)
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	110.277	110.277
Distribuição do resultado							
Reserva legal.....	-	-	5.514	-	-	(5.514)	-
Reserva de retenção de lucros.....	-	-	-	33.877	-	(33.877)	-
Juros sobre o capital próprio.....	-	-	-	-	-	(70.886)	(70.886)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	755.043	-	46.361	298.300	(56)	-	1.099.648
Títulos e valores mobiliários.....	-	-	-	-	3.471	-	3.471
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	80.785	80.785
Proposta para distribuição do resultado							
Reserva legal.....	-	-	4.039	-	-	(4.039)	-
Reserva de retenção de lucros.....	-	-	-	9.884	-	(9.884)	-
Juros sobre o capital próprio.....	-	-	-	-	-	(66.862)	(66.862)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	755.043	-	50.400	308.184	3.415	-	1.117.042
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras							

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A HDI Seguros S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

judiciais. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas nas demonstrações financeiras. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Representam numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias, contados a partir da data de aquisição. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo e estão representados pela rubrica "caixa e bancos". **3.2 Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros em uma das seguintes categorias: valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e recebíveis. A classificação entre as categorias é definida com base no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros e nas características de fluxo de caixa destes ativos. **i. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja aquisição tem a principal finalidade de gerar resultados em curto prazo por meio de negociações frequentes. Esses ativos são registrados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. São classificados no ativo circulante independentemente de sua data de vencimento. **ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos e não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários. **iv. Recebíveis:** Incluem-se nesta categoria os recebíveis não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado e tem sua recuperabilidade testada a cada data de balanço. Os principais recebíveis da Companhia compreendem prêmios a receber, créditos das operações com seguradoras e resseguradoras e outros créditos operacionais. **v. Determinação do valor justo:** Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data de balanço. O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda fixa privados tiveram seus valores justos apurados da seguinte forma: (i) CDB pré-fixados - o valor justo é calculado considerando o valor presente com base nas taxas de juros dos contratos de DI futuro da B3 S.A. Brasil, Bolsa Balcão; (ii) CDB pós-fixados, notas promissórias e letras financeiras - valor presente calculado considerando a taxa de prêmio de risco atribuído pelos administradores dos fundos exclusivos e da carteira própria; e (iii) debêntures - cotações divulgadas pela ANBIMA. Os derivativos e ações tiveram seus valores justos obtidos a partir de cotações divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa Balcão. O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é apurado apenas para fins de divulgação. **vi. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia realiza operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, destinados exclusivamente à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros e inflação através de swaps e contratos futuros. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa Balcão. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do período e estão classificados na categoria valor justo por meio do resultado. **3.3 Redução ao valor recuperável (ativo financeiro):** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas de valor (redução ao valor recuperável) dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas mediante a reclassificação da perda acumulada reconhecida no patrimônio líquido para o resultado. As perdas dos demais ativos são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente; quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber de seguros diretos com base em estudo que apura o percentual médio de perda efetiva sobre os valores a receber em atraso e sobre os prêmios a receber de riscos expirados. A redução ao valor recuperável das operações de cosseguro é calculada sobre os valores vencidos há mais de um ano, de acordo com a análise do histórico das liquidações financeiras destas operações. Uma provisão para redução ao valor recuperável dos ativos por contrato de resseguro é constituída quando houver evidências objetivas de que os valores possam não ser recebidos e o valor da perda possa ser mensurado de forma confiável. A Companhia realiza o estudo do valor recuperável com base no modelo de tempo de recuperação considerando um período de 10 anos. A análise de recuperabilidade é realizada no encerramento das demonstrações financeiras. A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável de ressarcimentos a receber sobre valores vencidos acima de 60 dias. **3.4 Ativos e passivos de resseguros:** Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exige a Companhia de honrar suas obrigações perante os segurados. Os ativos de resseguro compreendem: (i) os prêmios de resseguros diferidos de contratos proporcionais e não-proporcionais; (ii) os valores a recuperar sobre as indenizações pendentes de liquidação ou pagas aos segurados; Os passivos de resseguro compreendem: (i) os prêmios de resseguros a liquidar; (ii) as comissões a recuperar sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos. **3.5 Bens à venda (salvados):** Os salvados são avaliados ao valor justo, deduzido dos custos diretamente relacionados à venda. O valor justo é determinado com base em valores de mercado dos bens segurados (Tabela FIPE) ajustados de acordo com os danos apurados em cada veículo. **3.6 Ativo imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciações acumuladas e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Gastos com reformas para melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado. A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada dos ativos. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são móveis, utensílios, máquinas e equipamentos - 10 anos; equipamentos de informática, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 5 anos. **3.7 Ativos intangíveis: Ágio:** O ágio no valor de R\$ 215.000, registrado na aquisição da HSBC Seguros de Automóveis e Bens (Brasil) S.A., ocorrida em 30 de novembro de 2005, foi classificado como intangível no ativo não circulante em 1º de abril de 2006, data de sua incorporação. Esse ativo intangível está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. A amortização do ágio, registrada contabilmente até 2008, foi calculada considerando a proporção decorrida da referida expectativa de rentabilidade futura. A partir de 2009, o ágio deixou de ser amortizado para efeito contábil e a sua recuperabilidade (*impairment*) é testada anualmente. **Teste de recuperabilidade (*impairment*):** A Companhia realiza anualmente o teste de recuperabilidade do ágio considerando o método do fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa com as seguintes premissas: (a) A projeção dos resultados e dos fluxos de caixa detalhados foi efetuada até 2023 e, após esta data, considerou-se o conceito de perpetuidade. (b) No período de perpetuidade utilizou-se a inflação projetada de longo prazo somada ao crescimento do PIB real como taxa de crescimento 6,5%. (c) Os fluxos foram trazidos a valor presente utilizando-se a taxa de desconto de 13,0% apurada com base no modelo de precificação de ativos de capital

(CAPM). O resultado do teste realizado em 31 de dezembro de 2018 foi superior ao valor contábil do ágio, motivo pelo qual não houve a necessidade de constituição de nenhuma provisão para *impairment*. **Outros intangíveis:** São classificados como ativo intangível os *softwares* de desenvolvimento e implantação de novos processos ou sistemas, *softwares* instalados em *hardwares* que não são imprescindíveis para o seu funcionamento, licenças, propriedade intelectual, marcas e patentes registradas. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos destes ativos são de 5 anos. O intangível é demonstrado ao custo histórico, reduzido por amortizações acumuladas e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. **3.8 Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas em conformidade com as determinações da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações, da Resolução CNSP nº 321/15 e alterações, e com base em critérios, parâmetros e fórmulas documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritos a seguir: A provisão de prêmios não ganhos dos riscos vigentes e emitidos (PPNG-RVE) é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos e já emitidos na data-base de cálculo. A PPNG é calculada pelo método *pro rata die* com base no valor do prêmio comercial, incluindo as operações de cosseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido. A provisão de prêmios não ganhos dos riscos vigentes mas não emitidos (PPNG-RVNE), representa o complemento da PPNG-RVE dada a existência de riscos assumidos cuja apólice ainda não foi emitida. É calculada com base em metodologia envolvendo a construção de triângulos de *run-off* que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices, em bases retrospectivas, no período de 25 meses e acrescida das informações já conhecidas relativos a riscos já vigentes, mas ainda não emitidos na data-base. A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída pela estimativa de pagamentos para a liquidação de sinistros pendentes, brutos de resseguros e cosseguro aceito e líquidos da recuperação de cosseguro cedido, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. Os valores provisionados de sinistros são atualizados monetariamente. A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) é constituída com base em metodologia atuarial para a cobertura de sinistros já ocorridos que a Companhia ainda não tem ciência, considerando a experiência histórica do período transcorrido entre a data de ocorrência do evento coberto e do respectivo aviso à seguradora, utilizando-se triângulos de *run-off* para o período de 25 trimestres. A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros já ocorridos, considerando as despesas alocáveis (ALAE) e não alocáveis (ULAE). Para estimativa das despesas alocáveis (ALAE), é considerada a experiência histórica de ocorrência de sinistros e de pagamentos das correspondentes despesas, para a obtenção da estimativa das despesas ainda não pagas referentes a sinistros já incorridos, baseado nas análises de triângulos de *run-off* e no método de desenvolvimento de despesas avisadas e pagas. Para estimativa das despesas não alocáveis (ULAE) é considerada a relação entre os valores pagos das despesas e montante pago com indenizações de sinistros com a utilização de um modelo de regressão *Beta*, onde a variável resposta corresponde à referida relação e a variável explicativa corresponde ao montante pago com indenizações de sinistros. Estima-se o montante de despesas não alocáveis com base na aplicação dos parâmetros do modelo sobre a estimativa do montante de indenizações de sinistros, obtida através da análise de sua evolução temporal. A provisão de sucumbência, contabilizada juntamente à PDR, é constituída visto que é atribuída a responsabilidade por todos os gastos no processo judicial à parte vencida na causa, abrangendo tanto as despesas processuais quanto os honorários advocatícios, sustentado na ideia de que o processo judicial não deve redundar em nenhum prejuízo financeiro à parte que tinha razão. O provisionamento da sucumbência é realizado pela aplicação de 9,19% sobre o valor de reserva de cada sinistro registrado na provisão de sinistros a liquidar judicial (PSL - Judicial), salvo os casos em que já houver sentença desfavorável à seguradora/cliente, onde o valor provisionado será conforme arbitrado pelo juiz. O ajuste de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER), é realizado de forma agregada para sinistros ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final. Seu cálculo envolve análise conjunta de diversas metodologias usualmente praticadas pelo mercado (desenvolvimento de sinistros e *Bornhuetter - Ferguson* (BF)) para estimativa do IBNP - sinistros incorridos e não pagos. Sobre a parcela administrativa estimada, é aplicado o desconto financeiro do fluxo futuro de melhores estimativas dos pagamentos de sinistros já ocorridos com base nas taxas pré-fixadas de estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ). A atualização da provisão estimada é realizada através do incremento mensal estimado com base na projeção de sinistros para o exercício, de maneira a refletir a evolução da carteira de seguros. A estimativa de recebimento de salvados e ressarcimentos corresponde à expectativa de recuperação futura, relacionada aos sinistros já incorridos. Seu cálculo envolve análise conjunta de diversas metodologias usualmente praticadas pelo mercado (desenvolvimento de sinistros e *Bornhuetter - Ferguson* (BF)) para estimativa do montante de salvados incorridos mas ainda não vendidos. Sobre a parcela administrativa estimada, é aplicado o desconto financeiro do fluxo futuro de melhores estimativas de recebimento de salvados e ressarcimentos com base nas taxas pré-fixadas de estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ). A atualização da provisão é realizada com base na projeção de sinistros para o exercício, de maneira a refletir a evolução da carteira de seguros. **3.9 Teste de adequação dos passivos (TAP):** Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações, a Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11, vigentes na data-base do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera como valor líquido contábil (*net carrying amount*) os passivos de contratos de seguro brutos de resseguro, deduzidos dos custos de comercialização diferidos e de outros

ativos intangíveis. Os contratos foram agrupados pelos ramos conforme estabelecido pela Circular SUSEP nº 535/16 e alterações. Caso seja identificada qualquer deficiência no teste, a Companhia deverá registrar a perda imediatamente na apuração do resultado do período, constituindo provisões adicionais aos passivos de seguros já registrados na data-base do teste. Para esse teste foi adotada uma metodologia contemplando a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros relacionados aos riscos vigentes na data-base do teste, com valores brutos de resseguro, trazidos a valor presente com base na estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ), através dos índices atualizados à data-base do cálculo para as opções pré-fixadas ou IPCA, conforme determinações constantes na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações. O resultado do TAP foi apurado pela diferença entre a soma do valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa, de sinistros ocorridos já avisados, de sinistros ocorridos não avisados e dos sinistros a ocorrer relativos às apólices vigentes na data-base, acrescidos das estimativas das respectivas despesas e recuperações; e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na mesma data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocáveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos PSL e IBNR. O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistros a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e receitas, foi comparado à soma da PPNG e PPNG-RVNE. A projeção de sinistros a ocorrer considerou a melhor estimativa de sinistralidade para cada agrupamento de ramos, tendo por base a série histórica de períodos trimestrais compreendidos nos últimos 24 meses da análise, resultando na sinistralidade global de 70,37% para a Companhia. O teste de adequação dos passivos realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2018 não indicou a necessidade de ajuste nas provisões técnicas. **3.10 Passivos financeiros:** Passivos financeiros compreendem, principalmente, contas a pagar, débitos das operações com seguros e resseguros e depósito de terceiros. **3.11 Benefícios a empregados:** Os benefícios a empregados incluem: (i) benefícios de curto prazo, tais como salários, ordenados e contribuições para a previdência social, licença remunerada por doença, programa de participação nos lucros e resultados, gratificações e benefícios não monetários (seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação e treinamento profissional) são oferecidos aos funcionários e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos; (ii) benefícios por desligamento: aviso prévio, indenização adicional conforme convenção coletiva, indenização de 40% sobre o saldo do fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS e permanência no plano de seguro saúde por 30, 60 ou 90 dias de acordo com o tempo de serviço efetivo na Companhia; e (iii) plano de previdência privada a seus funcionários e diretores na modalidade contribuição definida - plano gerador de benefício livre (PGBL). A Companhia não concede qualquer outro tipo de benefício pós-emprego e não tem como política remunerar empregados por meio de plano de remuneração baseado em ações. Quanto aos administradores, vide nota 21b. **3.12 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável no período corrente, e 15% a partir de 1º de janeiro de 2019. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o diferido são reconhecidos no resultado, exceto quando o imposto provenha de transação que é reconhecido em outros lucros abrangentes ou diretamente no patrimônio. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço. O imposto diferido é proveniente das diferenças temporárias tributáveis sobre seus ativos e passivos que a companhia espera recuperar ou liquidar. O imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de levantamento das demonstrações financeiras e serão baixados na medida em que sua realização não seja provável. **3.13 Provisões judiciais:** São constituídas pelo valor estimado dos pagamentos a serem realizados em relação às ações judiciais em curso, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo. **3.14 Classificação dos contratos de seguro:** Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo. **3.15 Mensuração dos contratos de seguros:** As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição são registrados quando da emissão das respectivas apólices ou pelo início de vigência do risco para os riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. Segundo a Circular SUSEP nº 543/16 e alterações, a base de cálculo da provisão de prêmios não ganhos a partir de 1º de janeiro de 2018 corresponde ao valor do prêmio comercial, não sendo mais permitida a dedução dos custos iniciais de contratação dos prêmios. Como consequência, houve um aumento na constituição de provisões técnicas de aproximadamente de R\$ 72,9 milhões (R\$ 40,1 milhões líquido de impostos). As despesas e receitas dos resseguros proporcionais são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes, enquanto que as relacionadas aos resseguros não proporcionais são reconhecidas de acordo com os contratos firmados com os resseguradoras..

4. Aplicações financeiras: a. Composição por categoria:

Aplicação/classificação	Nível hierárquico	31/12/2018			31/12/2017						
		Valor do custo atualizado	Ajuste do custo a valor justo	Valor contábil	Valor do custo atualizado	Ajuste do custo a valor justo	Valor contábil				
Quotas de fundos de investimentos exclusivos		63.848	339	64.187	64.187	2,7	1.058.189	(361)	1.057.829	1.057.829	44,4
Certificados de depósito bancário	2	3.184	-	3.184	3.184	0,1	-	-	-	-	-
Debêntures	2	143.478	323	143.801	143.801	6,0	10.032	-	10.032	10.032	0,4
Letras financeiras	2	117.556	-	117.556	117.556	4,9	188.234	228	188.462	188.462	7,9
Letras financeiras do tesouro	1	94.494	(19)	94.475	94.475	3,9	140.200	(34)	140.166	140.166	5,9
Notas promissórias	2	566	(1)	565	565	0,0	-	-	-	-	-
Quotas de fundos de investimentos abertos	2	1.260.881	-	1.260.881	1.260.881	52,6	570.210	-	570.210	570.210	24,0
Valor justo por meio do resultado		1.684.007	642	1.684.649	1.684.649	70,3	1.966.865	(167)	1.966.699	1.966.699	82,6
Certificados de depósito bancário	2	51.563	-	51.563	51.563	2,2	-	-	-	-	-
Letras financeiras do tesouro	1	197.463	-	197.463	197.463	8,2	-	-	-	-	-
Notas do tesouro nacional	1	163.357	5.691	169.049	169.049	7,1	-	-	-	-	-
Disponíveis para venda		412.383	5.691	418.075	418.075	17,4	-	-	-	-	-
Letras financeiras	2	-	-	-	-	0,0	93.278	58	93.336	93.278	3,9
Letras do tesouro nacional	1	194.990	2.168	196.858	194.690	8,1	223.850	9.423	233.273	223.850	9,4
Notas do tesouro nacional	1	100.100	3.457	103.557	100.100	4,2	96.876	1.192	98.068	96.876	4,1
Mantidos até o vencimento		294.790	5.625	300.415	294.790	12,3	414.004	10.672	424.677	414.004	17,4
Total		2.391.180	11.958	2.403.139	2.397.514	100,0	2.380.869	10.506	2.391.376	2.380.703	100,0
Ativo circulante							1.834.582			1.903.372	
Ativo não circulante							562.932			477.331	

continua ☆



→☆ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

b. Composição das aplicações por vencimento:							31/12/2018		31/12/2017	
Títulos	0 - 3 meses ou sem vencimento definido	3 - 6 meses	6 - 9 meses	9 - 12 meses	1 - 3 anos	Acima de 3 anos	Total (Saldo contábil)	Prêmios a receber de segurados por vencimento:		
								Prêmios a vencer	Prêmios vencidos	
Debêntures	10.820	-	-	-	-	-	10.820	818.320	623.675	
Letras financeiras	523	-	-	-	-	-	523	294.469	304.233	
Letras financeiras do tesouro	978	-	-	-	-	-	978	208.052	166.498	
Letras do tesouro nacional	51.565	-	-	-	-	-	51.565	229.050	123.904	
Quotas de fundos de investimentos abertos	271	-	-	-	-	-	271	72.721	22.377	
Disponível, contas a receber e a pagar	30	-	-	-	-	-	30	14.028	6.657	
Quotas de fundos de investimentos exclusivos	64.187	-	-	-	-	-	64.187	-	6	
Certificados de depósitos bancários	3.184	-	-	-	-	-	3.184	83.628	40.205	
Debêntures	143.801	-	-	-	-	-	143.801	72.326	33.681	
Letras financeiras	117.556	-	-	-	-	-	117.556	7.034	3.617	
Letras financeiras do tesouro	94.475	-	-	-	-	-	94.475	1.179	1.085	
Notas promissórias	565	-	-	-	-	-	565	382	167	
Quotas de fundos de investimentos abertos	1.260.881	-	-	-	-	-	1.260.881	1.198	345	
Valor justo por meio do resultado	1.684.649	-	-	-	-	-	1.684.649	1.509	1.310	
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-	51.563	-	51.563	901.948	663.880	
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	197.463	-	197.463	Provisão para redução ao valor recuperável	(5.520)	(5.176)
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	169.049	-	169.049	Total de prêmios a receber de segurados	896.428	658.704
Disponíveis para venda	-	-	-	-	249.026	169.049	418.075	Ativo circulante	896.428	658.698
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	100.100	100.100	100.100	Ativo não circulante	-	6
Letras do tesouro nacional	149.931	-	-	-	44.759	194.690	344.680	A Companhia oferece diversas opções de pagamento sendo que, em 2018, os prêmios foram cobrados em média em 4,89 parcelas.		
Mantidos até o vencimento	149.931	-	-	-	44.759	100.100	294.790	c. Movimentação dos prêmios a receber de segurados:		
Total	1.834.580	-	-	-	293.785	269.149	2.397.514	Saldo no início do exercício	663.880	608.218
								Prêmios de seguros diretos	3.499.344	3.207.731
								Prêmios de cosseguros aceitos	57	(184)
								Prêmios de riscos vigentes não emitidos (RVNE)	(27.052)	(1.085)
								IOF sobre prêmios diretos	18.784	(4.273)
								Recebimentos	(3.253.065)	(3.146.527)
								Saldo no final do exercício	901.948	663.880

31/12/2017							31/12/2018		31/12/2017	
Títulos	0 - 3 meses ou sem vencimento definido	3 - 6 meses	6 - 9 meses	9 - 12 meses	1 - 3 anos	Acima de 3 anos	Total (Saldo contábil)	Saldo no início do exercício		Prêmios a receber
								Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	
Certificados de depósitos bancários	-	-	-	13.221	2.985	-	16.206	(5.176)	(3.461)	663.880
Debêntures	4.213	7.253	8.698	8.758	78.944	33.881	141.747	(5.002)	(3.847)	608.218
Letras do tesouro nacional	5.721	13.720	22.516	25.158	24.639	9.792	101.546	4.658	2.132	623.675
Letras financeiras	-	5.951	-	20.572	195.995	289.412	511.930	(5.520)	(5.176)	658.704
Letras financeiras do tesouro	1.500	-	88.753	3.359	13.787	-	107.399	-	-	658.698
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	32.102 (1)	32.102	-	-	6
Quotas de fundos de investimentos abertos	152.569	-	-	-	-	-	152.569	-	-	-
Derivativos	-	-	-	-	(204)	-	(204)	-	-	-
Disponível, contas a receber e a pagar	(5.466)	-	-	-	-	-	(5.466)	-	-	-
Quotas de fundos de investimentos exclusivos	158.537	26.924	119.967	71.068	316.146	365.187	1.057.829	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-	10.032	-	10.032	-	-	-
Letras financeiras do tesouro	-	13.925	-	-	114.730	-	140.166	-	-	-
Quotas de fundos de investimentos abertos	570.210	-	-	-	-	-	570.210	-	-	-
Letras financeiras	-	-	118.153	-	70.309	-	188.462	-	-	-
Valor justo por meio do resultado	728.747	40.849	238.120	71.068	407.998	497.917	1.966.699	-	-	-
Letras financeiras	93.278	-	-	-	-	-	93.278	-	-	-
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	96.876	-	96.876	-	-	-
Letras do tesouro nacional	49.977	-	-	-	173.873	-	223.850	-	-	-
Mantidos até o vencimento	143.255	-	-	-	173.873	96.876	414.004	-	-	-
Total	872.002	40.849	238.120	71.068	581.871	576.793	2.380.703	-	-	-
Ativo circulante	-	-	-	-	-	-	1.903.372	-	-	-
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	477.331	-	-	-

(1) Refere-se à venda de lastro de operações compromissadas com o objetivo de mitigar a volatilidade de ativos indexados ao IPCA.

c. Hierarquia do valor justo: Compreende: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3 - Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **d. Derivativos:** A Companhia participa, através de fundos exclusivos, de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção da carteira de investimentos e provisões técnicas em dólares americanos (vide nota 3.2vi). A Companhia possui a seguinte posição de instrumentos derivativos:

31/12/2018					31/12/2017						
Derivativos	Data de vencimento	Valor de referência	Quantidade	Valor justo	Valor a receber (pagar)	Derivativos	Data de vencimento	Valor de referência	Quantidade	Valor justo	Valor a receber (pagar)
Futuro de DAP	17/05/2021	(1.176)	10	(1.176)	-	Futuro de DI1	02/01/2018	(1.500)	15	(1.500)	-
Futuro de DAP	15/08/2024	(2.488)	25	(2.488)	-	Futuro de DI1	02/01/2019	(10.296)	110	(10.296)	-
Futuro de DAP	17/08/2016	(447)	5	(447)	-	Futuro de DI1	04/01/2021	(17.350)	225	(17.350)	-
Total				(4.111)		Swap DlxIPCA	17/08/2020	1.015	1	1.015	(204)
						Total				(28.131)	(204)

e. Desempenho das aplicações financeiras: A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). O desempenho global das aplicações financeiras atingiu 7,56% no acumulado até 2018, representando 117,6% do CDI que foi de 6,42% no mesmo período (10,43% em 2017, representando 104,8% do CDI que foi de 9,93%).

31/12/2018							31/12/2017							
Saldo no início do exercício		Quotas de fundos de investimentos					Saldo no final do exercício		Quotas de fundos de investimentos					
Aplicações	Resgates	Rendimentos	Varição no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	Títulos Públicos	Títulos Privados	Total	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Varição no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	Títulos Públicos	Títulos Privados	Total	
460.892	291.772	1.628.039	2.380.703	503.129	471.753	1.328.233	2.303.115	727.209	287.671	2.697.312	3.712.192	96.499	77.150	1.684.068
(491.600)	(281.068)	(3.106.134)	(3.878.802)	(177.052)	(289.075)	(1.374.876)	(1.841.003)	53.752	18.127	105.851	177.730	38.316	31.944	164.263
755.777	316.669	1.325.068	2.397.514	460.892	291.772	1.628.039	2.380.703	5.524	167	-	5.691	-	-	-

g. Taxa de juros contratada:		31/12/2018		31/12/2017	
Título	Classe	Taxa de juros contratada (média)	Valor contábil	Taxa de juros contratada (média)	Valor contábil
Certificados de depósitos bancários (CDI + %/CDI)	Título privado de renda fixa	6,44%	54.747	10,46%	16.206
Debêntures (CDI + %/CDI)	Título privado de renda fixa	7,80%	145.242	11,35%	133.521
Debêntures (IPCA + %)	Título privado de renda fixa	10,83%	9.379	10,99%	18.256
Letras financeiras (CDI + %/CDI)	Título privado de renda fixa	6,75%	118.079	10,81%	383.286
Notas promissórias (% CDI)	Título público de renda fixa	7,27%	565	-	-
Letras do tesouro nacional	Título público SELIC	12,07%	194.690	12,20%	237.333
Letras do tesouro nacional (Compromissadas)	Título público SELIC	-	51.565	-	-
Letras financeiras do tesouro	Título público SELIC	-	292.916	-	652.096
Notas do tesouro nacional (Série B)	Título público	9,18%	247.219	8,28%	99.909
Notas do tesouro nacional (Série F)	Título público	12,27%	21.930	10,18%	29.070
Notas do tesouro nacional (Compromissadas)	Título público	-	93.917	6,89%	93.917
Total			1.136.332		1.663.594

5. Créditos das operações com seguros e resseguros:		31/12/2018		31/12/2017	
a. Composição:		31/12/2018		31/12/2017	
Prêmios a receber de segurados		901.948	663.880	901.948	663.880
Operações com seguradoras		3.614	774	3.614	774
Operações com resseguradoras (nota 6a)		7.685	13.057	7.685	13.057
Provisão para redução ao valor recuperável:					
Prêmios a receber de segurados		(5.520)	(5.176)	(5.520)	(5.176)
Operações com seguradoras		(495)	(308)	(495)	(308)
Operações com resseguradoras (nota 6a)		(25)	(15)	(25)	(15)
Total		907.207	672.212	907.207	672.206
Ativo circulante		907.207	672.206	907.207	672.206
Ativo não circulante		-	6	-	6

continua →☆



→☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

g. Composição por resseguradora:

Composição	Resultado de prêmios de resseguro cedidos (nota 18e)		Passivo de prêmios de resseguros a liquidar (nota 6f)	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
IRB-Brasil Resseguros S.A.	2.341	(2.179)	3.937	8.746
XL Resseguros Brasil S.A.	3.370	2.809	1.807	1.751
Mapfre Re do Brasil Cia. de Resseguros	7.519	4.682	4.490	2.812
Munich Re do Brasil Resseguradora S.A.	1.289	767	796	431
Austral Resseguradora S.A.	-	6	15	17
Terra Brasis Resseguros S.A.	-	(1)	-	-
Scor Brasil Resseguros S.A.	482	15	430	59
Swiss Re Brasil Resseguros S.A.	519	193	476	122
Resseguradoras locais	15.520	6.292	11.951	13.938
Hannover Rückversicherung AG (nota 21)	(11.656)	17.883	1.008	15.917
HDI Global Network AG (nota 21)	470	509	1.808	3.047
Lloyd's Syndicate	3.523	2.300	2.605	1.779
American Home Assurance Company	-	(36)	-	-
Odyssey Reinsurance Company	742	720	448	448
Transatlantic Reinsurance Company	3.425	2.042	2.167	1.397
Everest Reinsurance Company	2.112	847	1.337	396
Axis Re Se	-	(5)	-	-
Scor Reinsurance Company	-	(29)	-	-
Resseguradoras admitidas	(1.384)	24.231	9.373	22.984
HDI Global SE (nota 21)	-	106	126	107
R+V Versicherung	454	398	45	226
Aspen Insurance Ltd. Company	268	-	150	-
Resseguradoras eventuais	722	504	321	333
Total	14.858	31.027	21.645	37.255

7. Títulos e créditos a receber:

a. Títulos e créditos a receber:

Composição	31/12/2018	31/12/2017
Ressarcimentos a receber (7b)	11.488	5.624
Outros	3.158	1.789
Total	14.646	7.413
Ativo circulante	14.646	7.413

b. Ressarcimentos a receber por vencimento:

Composição	31/12/2018	31/12/2017
Ressarcimentos a vencer	6.756	5.460
De 1 a 30 dias	823	693
De 31 a 60 dias	659	541
De 61 a 120 dias	1.121	892
De 121 a 180 dias	945	751
De 181 a 365 dias	1.916	1.496
Superior a 365 dias	1.292	1.087
Ressarcimentos vencidos	4.787	327
De 1 a 30 dias	4.778	205
De 31 a 365 dias	9	122
Total	11.543	5.787
Provisão para redução ao valor recuperável	(55)	(163)
Total de ressarcimentos a receber	11.488	5.624

c. Créditos tributários e previdenciários:

Composição	31/12/2018	31/12/2017
Créditos tributários sobre diferenças temporárias	13.356	17.652
Crédito tributário de PIS e COFINS sobre a provisão de sinistros a liquidar	22.006	21.786
Imposto de renda a compensar	7	7
Créditos Tributários - INSS	2.182	2.516
Total	37.551	41.961
Ativo circulante	7.169	9.527
Ativo não circulante	30.382	32.434

d. Diferenças temporárias para fins de imposto de renda e contribuição social:

Composição	31/12/2018		31/12/2017	
	Base de cálculo	Crédito tributário	Base de cálculo	Crédito tributário
Origem das diferenças temporárias				
Provisões administrativas	10.317	4.127	15.348	6.907
Provisões operacionais	9.513	3.805	11.040	4.968
Provisões fiscais e encargos sociais	6.718	2.687	7.220	3.249
Provisões para redução ao valor recuperável	6.843	2.737	5.618	2.528
Total	33.391	13.356	39.226	17.652
Movimentação				
Saldo no início do exercício	39.226	17.652	39.049	17.572
Efeitos da alteração na alíquota da CSLL (1)	-	(1.961)	-	-
Constituições	7.192	2.876	11.458	5.157
Reversões/Realizações	(13.027)	(5.211)	(11.281)	(5.077)
Saldo no final do exercício	33.391	13.356	39.226	17.652

(1) Efeitos da alteração na alíquota da CSLL de 20% para 15% a partir de 1º de janeiro de 2019 sobre as diferenças temporárias e bases de cálculo negativas.

e. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias: A companhia estima que o prazo de realização dos créditos tributários será da seguinte forma:

	31/12/2018
1 ano	727
2 anos	11.725
5 a 10 anos	20.939
Total	33.391

8. Bens à venda (Salvados):

a. Composição por prazo:

	31/12/2018	31/12/2017
Até 3 meses	24.645	29.178
De 4 a 6 meses	5.253	9.123
De 7 a 12 meses	507	530
Acima de 1 ano	2	1
Total	30.407	38.832

b. Movimentação de salvados:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	38.832	34.111
Adições e ajuste ao valor justo	230.658	222.976
Baixas por venda	(239.083)	(218.255)
Saldo no final do exercício	30.407	38.832

9. Custos de aquisição diferidos:

a. Composição:

	31/12/2018	31/12/2017
Automóvel	289.938	270.251
Patrimonial	33.866	21.988
Responsabilidades	1.925	2.376
Transportes	1.714	1.433
Pessoas	29	1.321
Demais	2.248	33
Total	329.720	297.402
Ativo circulante	325.023	295.903
Ativo não circulante	4.697	1.499

Os custos de aquisição são compostos por comissões e vistorias prévias relativos a comercialização de planos de seguros. Os critérios de diferimento estão descritos na nota 3.15 e o prazo médio de apropriação é de 12 meses.

b. Movimentação:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Comissões sobre prêmios	Comissões sobre RVNE	Outros custos de aquisição	Comissões sobre prêmios	Comissões sobre RVNE	Outros custos de aquisição
Saldo no início do exercício	283.429	5.956	8.017	297.402	283.048	5.938
Constituições	627.337	2.810	9.476	639.623	560.675	4.250
Reversões	(595.071)	(3.147)	(9.087)	(607.305)	(560.294)	(4.232)
Saldo no final do exercício	315.695	5.619	8.406	329.720	283.429	5.956
Ativo circulante	315.695	5.619	8.406	325.023	295.903	5.903
Ativo não circulante	-	-	-	4.697	1.499	-

10. Participações societárias, ativo imobilizado e intangível

a. Participações societárias

Composição	2018	
	Participação %	Valor contábil
Santander Auto S.A. (atual denominação da L.G.J.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.)	50,0	7.555
Movimentação		
Saldos em dezembro de 2017		-
Constituição de capital	-	7.500
Resultado de equivalência patrimonial	-	55
Saldos em dezembro de 2018		7.555

b. Imobilizado:

Composição	31/12/2018		
	% Depreciação a.a.	Custo de aquisição	Valor contábil
Equipamentos	20	49.232	(31.874)
Móveis, máquinas e utensílios	10	24.012	(10.763)
Total de bens móveis		73.244	(42.637)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	43.026	(21.622)
Outras imobilizações em curso	-	1.526	-
Total de outras imobilizações		44.552	(21.622)
Total		117.796	(64.259)

Composição	31/12/2017		
	% Depreciação a.a.	Custo de aquisição	Valor contábil
Equipamentos	20	41.345	(26.329)
Móveis, máquinas e utensílios	10	28.565	(16.303)
Veículos	20	891	(232)
Total de bens móveis		70.801	(42.864)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	44.337	(24.613)
Imobilizações em curso	-	609	-
Total de outras imobilizações		44.946	(24.613)
Total		115.747	(67.477)

c. Movimentação do imobilizado:

	Móveis, máquinas e utensílios		Benfeitorias em imóveis de terceiros		Imobilizações em curso		Total
	Equipamentos	Veículos	de terceiros	em curso			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	15.453	12.244	3.126	13.307	31	44.161	
Adições	5.078	2.590	-	10.594	578	18.840	
Baixas	(53)	(325)	(2.148)	(494)	-	(3.020)	
Depreciação	(5.462)	(2.247)	(319)	(3.683)	-	(11.711)	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	15.016	12.262	659	19.724	609	48.270	
Adições	8.348	5.549	-	8.606	917	23.420	
Baixas	(19)	(2.646)	(654)	(1.335)	-	(4.654)	
Depreciação	(5.987)	(1.916)	(5)	(5.591)	-	(13.499)	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	17.358	13.249	-	21.404	1.526	53.537	

d. Composição do intangível:

Composição	31/12/2018		31/12/2017	
	% Amortização a.a.	Custo de aquisição	Valor contábil	Custo de Amortização acumulada
Ágio (nota 3.7)	-	215.000	(38.522)	176.478
Outros intangíveis	20	62.284	(36.702)	25.582
Total		277.284	(75.224)	202.060

e. Movimentação do intangível:

	Ágio		Outros intangíveis		Total
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	176.478	17.116	193.594		
Adições	-	3.803	3.803		
Amortização	-	(5.329)	(5.329)		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	176.478	15.590	192.068		
Adições	-	15.834	15.834		
Baixas	-	(5)	(5)		
Amortização	-	(5.837)	(5.837)		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	176.478	25.582	202.060		

11. Impostos e contribuições:

Composição	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda a pagar	668	3.039
Contribuição social a pagar	229	2.213
COFINS	6.272	6.228
PIS	1.019	1.012
Total	8.188	12.492

12. Depósito de terceiros:

Composição por data de recebimento	31/12/2018		31/12/2017	
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias
Até 30 dias	10.575	4.993		
De 31 a 60 dias	1.171	1.089		
De 61 a 90 dias	782	606		
De 91 a 120 dias	530	467		
De 121 a 150 dias	526	397		
De 151 a 180 dias	250	392		
Total	13.834	7.944		

13. Provisões técnicas:

a. Composição:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Bruto de resseguro (i)	Parcela ressegurada (ii)	Bruto de resseguro (i)	Parcela ressegurada (ii)
Provisão de prêmios não ganhos	1.786.176	21.763	1.764.413	1.567.743
Provisão de sinistros a liquidar (nota 13e)	608.067	97.629	510.438	615.721
Provisões de indenização de sinistros a liquidar	666.579	97.629	568.950	658.873
Estimativa de recebimento de salvados e ressarcimentos	(58.512)	-	(58.512)	(43.152)
Provisão de despesas relacionadas	64.912	9.078	55.834	60.364
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	87.481	11.823	75.658	83.174
Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	139.978	1.750	138.228	117.211
Total	2.686.614	142.043	2.544.571	2.444.213

→☆ continuação		NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)						
d. Garantia das provisões técnicas:		31/12/2018	31/12/2017					
Provisões técnicas		2.686.614	2.444.213					
Ativos de resseguros redutores de:								
Provisão de prêmios não ganhos		(10.226)	(12.979)					
Provisão de sinistros a liquidar		(97.629)	(99.290)					
Provisão de despesas relacionadas		(9.078)	(7.375)					
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		(11.823)	(11.426)					
Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados		(1.750)	(1.029)					
Direitos creditórios		(726.711)	(488.527)					
Custos de aquisição diferidos redutores		(223.145)	(203.834)					
Depósitos judiciais		(12.287)	(16.312)					
Total a ser coberto		1.593.965	1.603.441					
Aplicações financeiras (nota 4a)		2.397.514	2.380.703					
Ativos livres		(303.216)	(542.245)					
Bens vinculados para cobertura		2.094.298	1.838.458					
Renda fixa público		755.620	884.743					
Renda fixa privado		1.338.678	953.715					
Bens oferecidos em cobertura		2.094.298	1.838.458					
Suficiência (nota 22)		500.333	235.017					
e. Desenvolvimento de sinistros: O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o desenvolvimento das reavaliações estimadas dos sinistros já avisados ao longo dos anos até a sua liquidação em relação à sua estimativa inicial. A tabela de estimativas de sinistros demonstra na primeira linha o valor da estimativa inicial, registrada na provisão de sinistros a liquidar, e nas linhas subsequentes os valores das reavaliações ao longo dos anos. A tabela de pagamentos de sinistros demonstra os montantes liquidados em cada momento desde o registro da estimativa inicial na Companhia. A provisão de IBNER apresentada na tabela é atuarialmente constituída para dar cobertura ao desenvolvimento dos sinistros.								
		Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro					
Provisão de sinistros a liquidar		748.045	648.666					
(-) IBNER		(139.978)	(138.228)					
Provisão de sinistros a liquidar (nota 13a)		608.067	510.438					
Estimativa de salvados		58.512	58.512					
Atualização monetária e juros		(131.082)	(79.263)					
Outros valores (1)		(4.792)	(4.819)					
Provisão de sinistros a liquidar <i>Large Losses</i> (2)		(20.164)	(1.183)					
Provisão de sinistros a liquidar de anos anteriores a Julho de 2011		(65.305)	(56.608)					
Passivo apresentado na tabela de desenvolvimento de sinistros		445.236	427.077					
(1) O montante de outros valores é relativo à retrocessão e cheques emitidos para pagamentos de indenizações ainda não compensados. (2) São considerados sinistros <i>Large Losses</i> aqueles que possuem baixa frequência e alta severidade, além de serem integralmente ressegurados.								
Sinistros avisados brutos de resseguro - Administrativos								
Ano de Registro	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total	
No ano do aviso	1.146.287	1.378.977	1.590.020	1.895.725	1.854.684	1.969.557	1.969.557	
Um ano após o aviso	1.145.188	1.388.706	1.607.085	1.920.630	1.880.946	-	-1.880.946	
Dois anos após o aviso	1.146.257	1.386.693	1.610.731	1.922.444	-	-	-1.922.444	
Três anos após o aviso	1.143.947	1.386.275	1.613.658	-	-	-	-1.613.658	
Quatro anos após o aviso	1.144.632	1.386.556	-	-	-	-	-1.386.556	
Cinco anos após o aviso	1.144.931	-	-	-	-	-	-1.144.931	
Estimativa dos sinistros na data-base 31 de dezembro de 2018								
	1.144.931	1.386.556	1.613.658	1.922.444	1.880.946	1.969.557	9.918.092	
Diferenças entre estimativas finais e iniciais								
	(1.356)	7.579	23.638	26.719	26.262	-	82.842	
Sinistros pagos brutos de resseguro - Administrativos								
Ano de Registro	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total	
No ano do aviso	(916.277)	(1.138.156)	(1.301.034)	(1.637.824)	(1.569.216)	(1.646.943)	(1.646.943)	
Um ano após o aviso	(1.131.606)	(1.372.420)	(1.595.257)	(1.909.302)	(1.868.801)	-	(1.868.801)	
Dois anos após o aviso	(1.140.405)	(1.382.541)	(1.605.751)	(1.917.578)	-	-	(1.917.578)	
Três anos após o aviso	(1.142.861)	(1.384.240)	(1.607.878)	-	-	-	(1.607.878)	
Quatro anos após o aviso	(1.143.686)	(1.385.020)	-	-	-	-	(1.385.020)	
Cinco anos após o aviso	(1.144.209)	-	-	-	-	-	(1.144.209)	
Pagamentos na data-base 31 de dezembro de 2018								
	(1.144.209)	(1.385.020)	(1.607.878)	(1.917.578)	(1.868.801)	(1.646.943)	(9.570.429)	
Provisão de sinistros a liquidar em 31 de dezembro de 2018								
	722	1.536	5.780	4.866	12.145	322.614	347.663	
Sinistros avisados brutos de resseguro - Judiciais								
Ano de Registro	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total	
No ano do aviso	21.557	25.841	25.269	27.654	27.917	31.015	31.015	
Um ano após o aviso	36.226	37.812	31.109	41.751	43.702	-	43.702	
Dois anos após o aviso	40.777	40.451	37.543	43.641	-	-	43.641	
Três anos após o aviso	40.618	44.072	40.100	-	-	-	40.100	
Quatro anos após o aviso	42.199	44.279	-	-	-	-	44.279	
Cinco anos após o aviso	42.446	-	-	-	-	-	42.446	
Estimativa dos sinistros na data-base 31 de dezembro de 2018								
	42.446	44.279	40.100	43.641	43.702	31.015	245.183	
Diferenças entre estimativas finais e iniciais								
	20.889	18.438	14.831	15.987	15.785	-	85.930	
Sinistros pagos brutos de resseguro - Judiciais								
Ano de Registro	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total	
No ano do aviso	(3.759)	(4.092)	(3.966)	(4.427)	(5.992)	(12.683)	(12.683)	
Um ano após o aviso	(12.628)	(13.987)	(10.473)	(13.495)	(21.207)	-	(21.207)	
Dois anos após o aviso	(21.565)	(21.541)	(16.134)	(23.560)	-	-	(23.560)	
Três anos após o aviso	(25.402)	(26.805)	(24.514)	-	-	-	(24.514)	
Quatro anos após o aviso	(29.839)	(31.609)	-	-	-	-	(31.609)	
Cinco anos após o aviso	(34.037)	-	-	-	-	-	(34.037)	
Pagamentos na data-base 31 de dezembro de 2018								
	(34.037)	(31.609)	(24.514)	(23.560)	(21.207)	(12.683)	(147.610)	
Provisão de sinistros a liquidar em 31 de dezembro de 2018								
	8.409	12.670	15.586	20.081	22.495	18.332	97.573	
Sinistros avisados líquidos de resseguro - Administrativos								
Ano de Registro	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total	
No ano do aviso	1.125.687	1.351.869	1.565.158	1.887.130	1.846.561	1.956.788	1.956.788	
Um ano após o aviso	1.128.872	1.364.815	1.583.869	1.912.026	1.872.712	-	-1.872.712	
Dois anos após o aviso	1.129.865	1.365.387	1.587.049	1.913.612	-	-	-1.913.612	
Três anos após o aviso	1.127.295	1.365.948	1.588.227	-	-	-	-1.588.227	
Quatro anos após o aviso	1.127.979	1.366.226	-	-	-	-	-1.366.226	
Cinco anos após o aviso	1.128.279	-	-	-	-	-	-1.128.279	
Estimativa dos sinistros na data-base 31 de dezembro de 2018								
	1.128.279	1.366.226	1.588.227	1.913.612	1.872.712	1.956.788	9.825.844	
Diferenças entre estimativas finais e iniciais								
	2.592	14.357	23.069	26.482	26.151	-	92.651	
Sinistros pagos líquidos de resseguro - Administrativos								
Ano de Registro	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total	
No ano do aviso	(912.523)	(1.129.500)	(1.291.428)	(1.633.053)	(1.566.628)	(1.641.073)	(1.641.073)	
Um ano após o aviso	(1.118.894)	(1.353.517)	(1.575.438)	(1.902.669)	(1.863.412)	-	(1.863.412)	
Dois anos após o aviso	(1.124.286)	(1.362.189)	(1.584.030)	(1.909.819)	-	-	(1.909.819)	
Três anos após o aviso	(1.126.278)	(1.363.915)	(1.586.158)	-	-	-	(1.586.158)	
Quatro anos após o aviso	(1.127.103)	(1.364.697)	-	-	-	-	(1.364.697)	
Cinco anos após o aviso	(1.127.627)	-	-	-	-	-	(1.127.627)	
Pagamentos na data-base 31 de dezembro de 2018								
	(1.127.627)	(1.364.697)	(1.586.158)	(1.909.819)	(1.863.412)	(1.641.073)	(9.492.786)	
Provisão de sinistros a liquidar em 31 de dezembro de 2018								
	652	1.529	2.069	3.793	9.300	315.715	333.058	
Sinistros avisados líquidos de resseguro - Judiciais								
Ano de Registro	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total	
No ano do aviso	19.746	23.569	23.809	25.971	26.804	30.998	30.998	
Um ano após o aviso	34.362	36.557	30.640	39.981	45.523	-	45.523	
Dois anos após o aviso	39.427	39.286	37.127	42.680	-	-	42.680	
Três anos após o aviso	39.758	43.217	38.832	-	-	-	38.832	
Quatro anos após o aviso	41.405	43.366	-	-	-	-	43.366	
Cinco anos após o aviso	41.228	-	-	-	-	-	41.228	
Estimativa dos sinistros na data-base 31 de dezembro de 2018								
	41.228	43.366	38.832	42.680	45.523	30.998	239.627	
Diferenças entre estimativas finais e iniciais								
	21.482	19.797	15.023	16.709	15.719	-	88.730	
Sinistros pagos líquidos de resseguro - Judiciais								
Ano de Registro	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total	
No ano do aviso	(3.759)	(4.011)	(3.954)	(4.427)	(5.990)	(12.683)	(12.683)	
Um ano após o aviso	(12.627)	(13.623)	(10.188)	(13.542)	(21.174)	-	(21.174)	
Dois anos após o aviso	(21.205)	(21.054)	(15.770)	(23.516)	-	-	(23.516)	
Três anos após o aviso	(25.041)	(26.125)	(24.106)	-	-	-	(24.106)	
Quatro anos após o aviso	(29.381)	(30.927)	-	-	-	-	(30.927)	
Cinco anos após o aviso	(33.202)	-	-	-	-	-	(33.202)	
Pagamentos na data-base 31 de dezembro de 2018								
	(33.202)	(30.927)	(24.106)	(23.516)	(21.174)	(12.683)	(145.608)	
Provisão de sinistros a liquidar em 31 de dezembro de 2018								
	8.026	12.439	14.726	19.164	21.349	18.315	94.019	

14. Tributos diferidos:**a. Composição**

	31/12/2018	31/12/2017
Amortização fiscal do ágio em 2009	6.846	6.846
Amortização fiscal do ágio em 2010	7.902	7.902
Amortização fiscal do ágio em 2011	8.910	8.910
Amortização fiscal do ágio em 2012	10.003	10.003
Amortização fiscal do ágio em 2013	11.058	11.058
Amortização fiscal do ágio em 2014	12.343	12.343
Amortização fiscal do ágio em 2015	13.529	14.092
Tributos diferidos sobre a amortização do ágio (1)	70.591	71.154
Ajustes ao valor justo dos ativos disponíveis para venda	2.386	42
Total dos tributos diferidos - passivo não circulante	72.977	71.196

(1) Em atendimento ao requerido no CPC 32, a Companhia constituiu provisão de tributos diferidos sobre o montante do ágio amortizado fiscalmente.

15. Provisões judiciais:

a. Fiscais: Referem-se à discussão judicial do (a) auto de infração em razão de ausência de recolhimento de contribuições previdenciárias, supostamente devidas sobre valores pagos a título de PLR no período de janeiro de 2004 a julho de 2006, cujo montante provisionado é de R\$ 1.865 (R\$ 1.812 em 2017); e da (b) ação judicial em Mandado de Segurança referente à incidência de INSS sobre verbas indenizatórias no valor de R\$ 1.688 (R\$ 1.326 em 2017). Estes valores estão registrados em "Provisões judiciais" no passivo não circulante. **b. Trabalhistas:** Referem-se a processos de natureza trabalhista que se encontram em diversas fases de tramitação. Para fazer face às eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos foi constituída provisão com base na avaliação de nossos assessores jurídicos demonstrada a seguir:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Quantidade de processos pleiteado	Valor provisionado	Quantidade de processos pleiteado	Valor provisionado
Probabilidade de perda				
Provável	41	9.706	25	5.361
Possível	11	5.233	29	13.024
Total	52	14.939	54	18.385

c. Cíveis: Referem-se a processos movidos por segurados ou terceiros reivindicando o pagamento de sinistros sem cobertura nas respectivas apólices ou por outros motivos não relacionados a sinistros. Foi constituída provisão para fazer frente aos processos com probabilidade provável de perda, segundo avaliação de nossos assessores jurídicos, conforme descrito a seguir:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Quantidade de processos pleiteado	Valor provisionado	Quantidade de processos pleiteado	Valor provisionado
Probabilidade de perda				
Provável	198	4.144	278	4.931
Possível	1.074	286	-	15.768
Total	1.272	4.430	1.441	20.699

d. Movimentação das provisões judiciais

	31/12/2018			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.660	4.335	3.814	10.809
Constituições	40			

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
g. Despesas com tributos	(81.955)	(81.955)
COFINS	(63.935)	(65.361)
PIS	(10.389)	(10.621)
Taxa de fiscalização da SUSEP	(3.765)	(2.812)
Impostos federais	(1.451)	(1.319)
Outras despesas com tributos	(1.659)	(1.842)
h. Receitas financeiras	254.032	308.597
Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado	116.344	193.363
Ativos financeiros disponíveis para venda	31.245	–
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	30.141	41.160
Operações de seguros	75.703	71.180
Outras receitas financeiras	599	2.894
i. Despesas financeiras	(61.418)	(47.267)
Operações de seguros	(43.844)	(32.126)
Tarifas bancárias	(16.266)	(13.446)
Outras despesas financeiras	(1.308)	(1.695)
Resultado financeiro	192.614	261.330
j. Resultado patrimonial	55	–
Resultado de equivalência patrimonial	55	–

19. Benefícios a empregados: A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência aos seus funcionários e diretores na modalidade contribuição definida - Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL). As contribuições aportadas ao plano somaram R\$ 7.401 (R\$ 6.748 em 2017). Além desse benefício, a Companhia também oferece aqueles descritos na nota 3.11. O montante dos benefícios pagos em 2018, incluindo as contribuições ao plano PGBL mencionadas anteriormente, totalizaram R\$ 41.856 (R\$ 40.796 em 2017).

20. Imposto de renda e contribuição social: O resultado fiscal foi apurado conforme demonstrado a seguir:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Resultado antes dos impostos e participações	104.804	151.836	104.804	151.836
Juros sobre o capital próprio	(66.862)	(70.886)	(66.862)	(70.886)
Participações sobre o lucro	(6.415)	(6.147)	(6.415)	(6.147)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	31.527	74.803	31.527	74.803
Adições temporárias	54.245	42.913	54.245	42.913
Exclusões temporárias	(60.262)	(42.908)	(60.262)	(42.908)
Adições permanentes	9.783	16.178	2.379	2.703
Exclusões permanentes	(55)	(2.264)	(55)	(2.264)
Resultado fiscal do exercício	35.238	88.722	27.834	75.247
Tributos calculados pelas alíquotas oficiais (nota 3.12)	(8.786)	(22.156)	(5.567)	(15.049)
Tributos diferidos sobre adições/exclusões temporárias	(1.504)	334	(902)	267
PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador	211	532	–	–
Reversão da CSLL em 5% sobre o saldo inicial dos tributos diferidos sobre adições/exclusões temporárias	–	–	(1.957)	–
Reversão da CSLL em 5% - tributos diferidos (ágio)	–	–	564	–
Patrocínio cultural, esporte e FUMCAD	336	660	–	–
Encargos sobre o lucro do exercício (1)	(9.743)	(20.630)	(7.862)	(14.782)

(1) A alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social é de 16,80% (23,32% em 2017).

21. Partes relacionadas:

a. As transações com empresas que estão sob o controle societário do Grupo Talanx estão demonstradas a seguir:

	31/12/2018				
	TAM (1)	HGSE (2)	HR (3)	HGN (4)	HG (5)
Ativo circulante em 31/12/2018					
Créditos de operações com seguros e resseguros		16.137	12.134	8.789	3.955
Prêmios a receber de cosseguo aceito	–	–	–	–	3.132
Custo de aquisição diferido de cosseguo aceito	–	–	–	–	519
Sinistros liquidados a recuperar com ressegurador (Nota 6d)	–	24	414	335	–
Provisões técnicas de resseguro	–	16.065	11.627	8.355	–
Créditos a receber	–	–	–	–	304
Outros	–	48	93	99	–
Passivo circulante em 31/12/2018					
Débitos de operações com seguros e resseguros		135	1.434	1.895	7.142
Comissões a pagar de cosseguo aceito	–	–	–	–	157
Provisões de prêmios não ganhos de cosseguo aceito	–	–	–	–	1.930
Provisão de sinistros a liquidar de cosseguo aceito	–	–	–	–	4.987
Prêmio de resseguro a liquidar (Nota 6g)	–	126	1.008	1.808	–
Outros	–	9	426	87	68
Resultado em 31/12/2018	(86)	(2.108)	5.603	5.892	4.943

	31/12/2017				
	TAM (1)	HGSE (2)	HR (3)	HGN (4)	HG (5)
Ativo circulante em 31/12/2017					
Créditos de operações com seguros e resseguros		17.409	17.694	10.391	7.029
Prêmios a receber de cosseguo aceito	–	–	–	–	6.067
Custo de aquisição diferido de cosseguo aceito	–	–	–	–	708
Sinistros liquidados a recuperar com ressegurador (Nota 6d)	–	–	185	916	–
Provisões técnicas de resseguro	–	17.407	17.499	9.180	–
Créditos a receber	–	–	–	–	256
Outros	–	2	10	295	–
Passivo circulante em 31/12/2017					
Débitos de operações com seguros e resseguros		99	13.583	2.902	23.763
Comissões a pagar de cosseguo aceito	–	–	–	–	304
Provisões de prêmios não ganhos de cosseguo aceito	–	–	–	–	5.320
Provisão de sinistros a liquidar de cosseguo aceito	–	–	–	–	18.071
Prêmio de resseguro a liquidar (Nota 6g)	–	107	15.917	3.047	–
Outros	–	(8)	(2.334)	(145)	68
Resultado em 31/12/2017	(45)	(447)	(9.812)	(4.558)	9.855

	31/12/2017				
	TAM (1)	HGSE (2)	HR (3)	HGN (4)	HG (5)
Ativo circulante em 31/12/2017					
Créditos de operações com seguros e resseguros		17.409	17.694	10.391	7.029
Prêmios a receber de cosseguo aceito	–	–	–	–	6.067
Custo de aquisição diferido de cosseguo aceito	–	–	–	–	708
Sinistros liquidados a recuperar com ressegurador (Nota 6d)	–	–	185	916	–
Provisões técnicas de resseguro	–	17.407	17.499	9.180	–
Créditos a receber	–	–	–	–	256
Outros	–	2	10	295	–
Passivo circulante em 31/12/2017					
Débitos de operações com seguros e resseguros		99	13.583	2.902	23.763
Comissões a pagar de cosseguo aceito	–	–	–	–	304
Provisões de prêmios não ganhos de cosseguo aceito	–	–	–	–	5.320
Provisão de sinistros a liquidar de cosseguo aceito	–	–	–	–	18.071
Prêmio de resseguro a liquidar (Nota 6g)	–	107	15.917	3.047	–
Outros	–	(8)	(2.334)	(145)	68
Resultado em 31/12/2017	(45)	(447)	(9.812)	(4.558)	9.855

1. Talanx Asset Management GmbH - gestão de investimentos do Grupo Talanx. 2. HDI Global SE - cessão de resseguro. 3. Hannover Rückversicherung AG - cessão de resseguro. 4. HDI Global Network AG - cessão de resseguro. 5. HDI Global Seguros S.A. compartilhamento de serviços administrativos. b. Administradores - os benefícios pagos aos administradores totalizaram R\$ 11.807 (R\$16.517 em 31 de dezembro de 2017) e estão registrados na rubrica "Despesas com pessoal próprio" no grupo "Despesas administrativas". É garantido aos administradores o pagamento de 12 meses de benefícios em caso de desligamento, e de 18 meses em casos de afastamento por doença, limitados ao período do mandato em vigor. Os Administradores não recebem remuneração baseada em ações. **22. Gerenciamento de risco:** A Companhia está exposta a riscos classificados entre risco de seguro ou risco de subscrição; risco financeiro, sendo este composto por risco de crédito, liquidez e mercado; e risco operacional, provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos. A estratégia de gestão de riscos da Companhia deriva de sua estratégia de negócios e de sua capacidade de suportar riscos (nível de solvência). De acordo com a natureza e materialidade de cada risco a Companhia exerce seu gerenciamento, e de forma integrada monitora o valor dos seus negócios. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O mercado de seguros tem sido cada vez mais volátil, complexo e competitivo, com isso as práticas de gestão de riscos têm evoluído para uma visão mais alinhada a esse cenário. A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos se utilizado de forma mais abrangente e compreensiva, integrando o Conselho, Executivos e Stakeholders, irá auxiliar a Companhia a obter uma vantagem competitiva. A estratégia de gestão de risco deriva da estratégia de negócio e conta com a participação dos diversos níveis organizacionais da Companhia de acordo com a responsabilidade atribuída a cada cargo, com base em políticas e responsabilidades de acordo com a complexidade dos produtos, serviços, processos operacionais e sistemas da Companhia. Participam deste processo desde a alta administração até as diversas áreas de negócios e produtos que atuam como a primeira linha de defesa na identificação, avaliação, mensuração, tratamento e monitoramento desses riscos. Também faz parte da estrutura uma área de gestão de riscos que tem a responsabilidade de atuar como a segunda linha de defesa, monitorando a exposição da Companhia a riscos. Essa estrutura está alinhada ao sistema de controles internos da Companhia, que é avaliado semestralmente e, caso sejam identificadas fragilidades nos controles, planos de ação são elaborados e implementados. A auditoria interna participa deste processo de avaliação, de forma independente e de acordo com o seu escopo de trabalhos. Entre outras atribuições os Comitês Executivos auxiliam a Diretoria na gestão de riscos, sendo eles: • Comitê de Compliance e Risk Management: constituído para assessorar a Diretoria, tendo como objetivo apresentar os relatórios das avaliações de riscos e controles internos, sugerir planos de ação para mitigar fragilidades eventualmente encontradas, analisar normativos emitidos pela SUSEP e demais órgãos públicos que afetem as operações da Companhia, entre outras. • Comitê de Auditoria: órgão estatutário de

assessoramento ao Conselho de Administração que tem como objetivo, entre outros, avaliar a efetividade e acompanhar o trabalho da auditoria interna e externa, bem como revisar as demonstrações financeiras. As fragilidades identificadas são encaminhadas na forma de recomendações à Diretoria. O Comitê de Auditoria também assessorar o Conselho de Administração na supervisão da Estrutura de Gestão de Riscos, como previsto na Circular SUSEP nº 561/17. • Comitê de Auditoria Interna: constituído para apresentar à Diretoria da Companhia os resultados dos trabalhos no período e sugerir aprimoramentos da nossa infraestrutura de controles internos. • Comitê de Investimentos: constituído para avaliar a gestão dos riscos de mercado e crédito, gerir a carteira de investimentos da Companhia, aprovar aplicações e resgates de investimentos. • Comitê do Produto Automóvel: constituído para gerir a estratégia e os riscos de subscrição, acompanhar os resultados do período, avaliar a gestão da precificação dos produtos, analisar o andamento dos projetos da área. • Comitê do Produto Property: constituído para gerir a estratégia e os riscos de subscrição, acompanhar os resultados do período, avaliar a gestão da precificação dos produtos, analisar o andamento dos projetos da área. • Comitê de Sinistros: constituído para analisar os resultados do período, gerir os projetos da área, gerir as despesas de regulação dos sinistros, entre outras atividades. **Gestão de risco de seguro/subscrição:** A Companhia define como risco de seguro o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição que é oriundo de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia em relação à sua política de subscrição ou a estimativa de suas provisões. O risco de seguro, que inclui o risco de subscrição resulta principalmente de: • Flutuações na frequência e severidade das indenizações de sinistros em relação às expectativas previstas. • Precificação ou subscrição inadequada de riscos. • Políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas. • Provisões técnicas inadequadas. **Estratégia de subscrição:** O elemento-chave da política de subscrição é a avaliação de riscos, que está baseada na definição dos riscos por meio de análise de perfis, histórico das carteiras e outras variáveis. O principal segmento de gestão de riscos de seguros é o de seguros de danos, notadamente o de automóveis. A estratégia de subscrição visa diversificar, de forma padronizada, as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e o atendimento às necessidades dos clientes. Baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de volatilidade nos resultados e severidade dos sinistros. A Companhia mantém um controle estrito de suas regras de subscrição com intensa utilização de tecnologia para garantir a adequada seleção dos riscos. O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento da performance de cada produto bem como possibilita avaliar a eventual necessidade de alterações. A Auditoria Atuarial Independente, que é realizada anualmente conforme determinações da Resolução CNSP nº 321/15 e alterações, e o teste de adequação dos passivos, possibilitam averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pelo órgão regulador - SUSEP. **Estratégia de resseguro:** Como forma de diluir e homogeneizar a responsabilidade na aceitação dos riscos subscritos pela Companhia foi definida a política de resseguro, que é revisada, no mínimo, semestralmente. As diretrizes de resseguro contêm os riscos a ressegurar (limites de retenção e aceitação por ramo e produtos), critério de escolha das resseguradoras e parâmetros de distribuição de resseguros. Os contratos de resseguros firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir a exposição aos riscos isolados e aos riscos de natureza catastrófica, além das colocações de riscos facultativos para gerenciamento do risco de severidade. Cabe destacar que as retenções fixadas em contratos de resseguro são iguais ou inferiores aos limites de retenção calculados de acordo com a legislação vigente. **Concentração de riscos:** A tabela a seguir apresenta as importâncias seguradas por região onde a Companhia opera. Particularmente em seguros de automóveis, são contratadas coberturas de resseguro para mitigar o risco de concentração, considerando as localidades com maior penetração e acúmulo de unidades em exposição.

Importância segurada por região	31/12/2018	31/12/2017	
Riscos de danos e pessoas			
Sul	405.957.983	342.671.564	
Sudeste	222.662.398	192.590.838	
Centro-Oeste	48.732.061	40.439.770	
Nordeste	32.761.679	28.266.079	
Norte	11.533.917	10.160.743	
Total	721.648.038	614.128.994	
Prêmios de seguros por região	Prêmios emitidos	Prêmios resseguros cedidos	Prêmios retidos
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018
Riscos de danos			
Sul	1.604.762	1.491.484	18.737
Sudeste	1.170.609	1.073.845	(8.052)
Centro-oeste	294.314	264.857	1.597
Nordeste	265.654	253.665	1.880
Norte	83.829	82.955	347
Riscos de pessoas			
Sudeste	3.071	3.252	153
Sul	2.321	2.777	196
Total	3.424.560	3.172.835	14.858

	31/12/2018		31/12/2017	
	Redução de um ponto percentual (efeito líquido de impostos)	Aumento de um ponto percentual (efeito líquido de impostos)	Redução de um ponto percentual (efeito líquido de impostos)	Aumento de um ponto percentual (efeito líquido de impostos)
Ramos de atuação				
Automóvel	29.387	(29.387)	1.883	(1.883)
Patrimonial	792	(792)	–	–
Total	32.062	(32.062)	32.062	(32.062)
Líquido de resseguro:				
Automóvel	29.353	(29.353)	1.670	(1.670)
Patrimonial	745	(745)	–	–
Total	31.767	(31.767)	31.767	(31.767)

Especificamente no ramo de automóveis, além do rigor na subscrição, a Companhia utiliza modelos estatísticos para precificação levando em conta diversos fatores: veículo, ano, modelo, região de circulação, bem como as variáveis relacionadas ao perfil de risco dos condutores. **Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia saldar seus compromissos, quanto aos sacrifícios ocasionados na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A carteira de investimentos da Companhia segue a política de investimentos aprovada pelo Comitê de Investimentos e pela HDI Internacional A.G. (acionista controlador), a qual determina que ao menos 10% dos ativos da carteira de investimentos estejam alocados em ativos de liquidez imediata, visando a manutenção da liquidez em níveis mínimos necessários para o pagamento das obrigações da Companhia sob qualquer circunstância. O objetivo é equilibrar a liquidez com a otimização da rentabilidade dos ativos e manutenção dos riscos de mercado e de crédito adequados à atividade da Companhia. A gestão dos ativos e passivos permite apontar com antecedência eventuais necessidades na alteração das políticas da Companhia, quer por alteração das regras de liquidez, na mudança das políticas de crédito ou até mesmo pela indicação de novos aportes de capital. A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado. Os passivos de seguros estão alocados no tempo segundo a melhor expectativa quanto à data de liquidação destas obrigações, levando em consideração o histórico de liquidação de sinistros e o período de expiração do risco dos contratos de seguro.

	Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro de 2018						
	Vencidos	0 - 3 meses ou sem vencimento				Acima de	
		3 - 6 meses	6 - 9 meses	9 - 12 meses	1 - 3 anos	3 anos	Total
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	1.684.649	–	–	–	–	–	1.684.649
Quotas de fundos de investimentos exclusivos	64.187	–	–	–	–	–	64.187
Títulos de renda fixa privados	265.106	–	–	–	–	–	265.106
Títulos de renda fixa públicos	94.475	–	–	–	–	–	94.475
Quotas de fundos de investimentos abertos	1.260.881	–	–	–	–	–	1.260.881
Ativos financeiros disponíveis para venda	–	–	–	–	249.026	169.049	418.075
Títulos de renda fixa privados	–	–	–	–	51.563	–	51.563
Títulos de renda fixa públicos	–	–	–	–	197.463	169.049	366.512
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	149.931	–	–	–	44.759	100.100	294.790
Título de renda fixa públicos	149.931	–	–	–	44.759	100.100	294.790
Créditos das operações com seguros e resseguros	84.673	643.847	164.659	13.310	718	–	907.207
Prêmios a receber de segurados	78.108	641.922	162.370	13.310	718	–	896.428
Valores a receber de congêneres	3.119	–	–	–	–	–	3.119
Valores a receber de resseguradoras	3.446	1.925	2.289	–	–	–	7.660
Outros créditos operacionais	6.839	–	–	–	–	–	6.839
Ativos de resseguro - provisões técnicas	20.449	17.550	13.136	8.206	42.669	40.033	142.043
Outros valores e bens	30.905	–	–	–	–	–	

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro de 2017

	0 - 3 meses ou sem vencimento					Acima de 3 anos		Total
	Vencidos	definido	3 - 6 meses	6 - 9 meses	9 - 12 meses	1 - 3 anos	3 anos	
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	-	728.747	40.849	238.120	71.068	407.998	479.917	1.966.699
Quotas de fundos de investimentos exclusivos	-	158.537	26.924	119.967	71.068	316.146	365.187	1.057.829
Títulos de renda fixa privados	-	-	-	118.153	-	80.341	-	198.494
Títulos de renda fixa públicos	-	-	13.925	-	-	11.511	114.730	140.166
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	570.210	-	-	-	-	-	570.210
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	143.255	-	-	-	173.873	96.876	414.004
Título de renda fixa privados	-	93.278	-	-	-	-	-	93.278
Título de renda fixa públicos	-	49.977	-	-	-	173.873	96.876	320.726
Créditos das operações com seguros e resseguros	45.935	567.111	54.705	4.075	380	6	-	672.212
Prêmios a receber de segurados	35.029	565.439	54.705	3.145	380	6	-	658.704
Valores a receber de congêneres	466	-	-	-	-	-	-	466
Valores a receber de resseguradoras	10.440	1.672	-	930	-	-	-	13.042
Outros créditos operacionais	-	3.425	-	-	-	-	-	3.425
Ativos de resseguro - provisões técnicas	-	23.861	19.793	14.981	9.409	49.373	37.436	154.853
Outros valores e bens	-	39.307	-	-	-	-	-	39.307
Depósitos judiciais e fiscais	-	-	-	-	-	-	25.598	25.598
Caixa e equivalentes de caixa	-	24.815	-	-	-	-	-	24.815
Total dos ativos financeiros	45.935	1.530.521	124.470	257.706	80.857	631.251	639.827	3.300.913
Provisões técnicas	-	752.395	624.109	472.389	296.690	169.846	128.784	2.444.213
Provisões judiciais	-	-	-	-	-	-	13.430	13.430
Passivos financeiros	-	181.623	39.321	28.812	18.096	-	-	267.852
Contas a pagar	-	129.046	-	-	-	-	-	129.046
Débitos das operações com seguros e resseguros	-	45.889	38.065	28.812	18.096	-	-	130.862
Depósitos de terceiros	-	6.688	1.256	-	-	-	-	7.944
Total dos passivos financeiros	-	934.018	663.430	501.201	314.786	169.846	142.214	2.725.495

Risco de mercado: Risco de mercado está associado a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. O gerenciamento de risco de mercado tem como objetivo controlar as exposições aos diversos fatores de risco, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Companhia impõe estratégia de investimentos conservadora, e essa estratégia é previamente aprovada pelo Conselho de Administração quando da elaboração do planejamento estratégico e pelo Comitê de Investimentos. Os cálculos de risco de mercado são mensurados com base em cenários de stress, histórico e na metodologia de Value at Risk (VaR) e CVaR). **Sensibilidade à taxa de juros:** A carteira de investimentos possui alguns ativos com rendimentos prefixados. Para análise de sensibilidade

verificamos o resultado da carteira com a oscilação da taxa básica do fator de risco em 100 *basis points* (1%), os quais são demonstrados a seguir para posição em 31 de dezembro de 2018:

Posição	Exposição	Cenário	Efeito líquido de impostos
Cupom de IPCA	305.042	Elevação de 100 bps na taxa de juros	118
		Redução de 100 bps na taxa de juros	
Cupom de IGPM	3.609	Elevação de 100 bps na taxa de juros	2
		Redução de 100 bps na taxa de juros	
Prefixado	574.387	Elevação de 100 bps na taxa de juros	5
		Redução de 100 bps na taxa de juros	

Limitações da análise de sensibilidade: Os quadros demonstrados nessa seção apresentam o efeito de uma mudança importante em algumas premissas, enquanto outras permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares; impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados. As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Companhia de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Gestão de risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em ativos financeiros. No que se refere a ativos financeiros, a Companhia monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições a esse risco não sejam excedidos. Esse monitoramento é realizado sobre os ativos financeiros, de forma individual e coletiva, que compartilham riscos similares e levam em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. Limites de risco de crédito são determinados com base no *rating* de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. Os ativos financeiros são investidos (ou reinvestidos) somente em instituições com qualidade de *rating* de crédito, seguindo as definições da política de investimento. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard&Poors e Moody's. A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é substancialmente reduzida (e considerada baixa). A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos. Nos ramos de riscos a decorrer, a cobertura de sinistros pode ser cancelada caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. Já nos ramos de risco decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. Os ramos de riscos decorridos comercializados são vida em grupo e transportes. No caso do risco de crédito junto as resseguradoras, os requisitos legais determinados pela SUSEP são devidamente respeitados, e a política de resseguro considera os participantes de mercado e resseguradoras com alta qualidade de crédito. A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros detidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2018 distribuídos por *rating* de crédito obtidos junto a agências renomadas de *rating* (Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's). Os ativos classificados na categoria sem *rating* compreendem substancialmente fundos de investimentos abertos e valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais.

Ativos Financeiros/Rating	31/12/2018											Sem rating	Total	
	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB	B+	B	C			CCC
Valor justo por meio do resultado	181.769	3.049	158.204	4.560	-	84.207	-	1.500	-	261	265	489	1.250.346	1.684.650
Debêntures	-	-	9.848	-	-	972	-	-	-	-	-	-	-	10.820
Letras financeiras	-	-	-	-	-	523	-	-	-	-	-	-	-	523
Letras do tesouro nacional	51.565	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	51.565
Letras financeiras do tesouro	978	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	978
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	271	271
Disponível, contas a receber e a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	30
Quotas de fundos investimentos exclusivos	52.543	-	9.848	-	-	1.495	-	-	-	-	-	-	301	64.187
Quotas de fundos de investimentos abertos	1.693	3.049	-	4.560	-	1.504	-	-	-	-	-	31	1.250.044	1.260.881
Notas Promissórias	-	-	565	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	565
Letras financeiras do tesouro	94.475	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	94.475
Letras financeiras	12.257	-	48.670	-	-	56.629	-	-	-	-	-	-	-	117.556
Debêntures	17.617	-	99.121	-	-	24.579	1.500	-	261	265	458	-	-	143.801
Certificados de depósito bancário	3.184	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.184
Disponível, contas a receber e a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Disponíveis para venda	366.512	-	51.563	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	418.075
Notas do tesouro nacional	169.049	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	169.049
Letras financeiras do tesouro	197.463	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	197.463
Certificados de depósito bancário	-	-	51.563	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	51.563
Mantidos até o vencimento	294.790	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	294.790
Notas do tesouro nacional	100.100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100.100
Letras do tesouro nacional	194.690	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	194.690
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.149
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	896.428
Valores a receber junto a congêneres	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.119
Valores a receber junto a resseguradoras	-	-	-	3	2.818	2.824	1	-	5	-	-	-	-	2.009
Total dos ativos financeiros	476.559	3.049	158.204	4.563	2.818	87.031	1	1.500	5	261	265	489	2.170.689	3.322.871

A tabela a seguir apresenta o total de ativos financeiros agrupados por classe de ativos e divididos entre ativos vencidos e não vencidos. A Companhia não possui ativos deteriorados.

	31/12/2018						Saldo contábil
	Ativos não vencidos	0 - 3 meses	3 - 6 meses	6 - 12 meses	Acima de 1 ano	Provisão para perda	
Ativos financeiros							
Valor justo por meio do resultado	1.684.649	-	-	-	-	-	-1.684.649
Quotas de fundos de investimentos exclusivos	64.187	-	-	-	-	-	64.187
Quotas de fundos de investimentos abertos	1.260.881	-	-	-	-	-	1.260.881
Títulos de renda fixa privados	265.106	-	-	-	-	-	265.106
Títulos de renda fixa público	94.475	-	-	-	-	-	94.475
Disponíveis para venda	418.075	-	-	-	-	-	418.075
Títulos de renda fixa privados	51.563	-	-	-	-	-	51.563
Título de renda fixa públicos	366.512	-	-	-	-	-	366.512
Mantidos até o vencimento	294.790	-	-	-	-	-	294.790
Título de renda fixa públicos	294.790	-	-	-	-	-	294.790
Empréstimos e recebíveis	822.534	82.688	3.076	1.614	3.335	(6.040)	907.207
Prêmios a receber de segurados	818.320	79.360	1.561	1.198	1.509	(5.520)	896.428
Valores a receber de congêneres	-	3.172	-	-	442	(495)	3.119
Valores a receber de resseguradoras	4.214	196	1.515	416	1.344	(25)	7.660
Caixa e equivalentes de caixa	18.787	-	-	-	-	-	18.787
Total dos ativos financeiros	3.238.835	82.688	3.076	1.614	3.335	(6.040)	3.323.508
Gestão de capital: O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo CNSP e SUSEP, além de otimizar os retornos sobre capital para os acionistas. Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital: Nos termos da Resolução CNSP nº 321/15 e alterações, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e liquidez em relação ao Capital de Risco (CR) superior a 20%. CMR é equivalente ao maior valor, entre o capital-base e o capital de risco. A Companhia apura o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado, como demonstrado abaixo:							
	31/12/2018	31/12/2017					
Patrimônio líquido	1.117.042	1.099.648					
Ajustes contábeis:	(143.423)	(124.285)					
(-) Ativos intangíveis	(202.060)	(192.068)					
(-) Despesas antecipadas	(4.398)	(3.371)					
(-) Participações em sociedades financeiras	(7.555)	-					
(+) Diferenças temporárias referente ao ágio	70.590	71.154					
Ajustes associados à variação dos valores econômicos líquidos de impostos:	3.094	9.008					
(+) Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	3.094	5.870					
(+) Superavit entre as provisões exatas constituídas e o fluxo realista de prêmios/contribuições registradas utilizado no cálculo da PCC	-	3.138					
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	976.713	984.371					
Capital base (I)	15.000	15.000					
Capital de risco (II)	696.474	658.582					
Capital de risco de subscrição	630.063	587.948					
Capital de risco de crédito	73.625	84.842					
Capital de risco operacional	21.445	20.809					
Capital de risco de mercado	18.562	11.476					
Efeito em função da correlação entre os riscos de crédito, subscrição e mercado	(47.221)	(46.493)					
Capital mínimo requerido (CMR) equivalente ao maior valor entre (I) e (II)	696.474	658.582					

Suficiência (PLA - CMR) 31/12/2018 280.239 31/12/2017 325.789

Liquidez do ativo	31/12/2018	31/12/2017
a) Ativos líquidos (nota 13d)	500.333	235.015
b) Ativos necessários para liquidez (20% do CMR)	139.295	131.716
c) Liquidez em relação ao CMR (a-b)	361.039	103.299
d) Excedente à liquidez em relação ao CMR (c/a)	72,1%	43,9%

Gestão de risco operacional: Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição. A Companhia entende que o monitoramento e gerenciamento deste risco devem ser executados por todas as áreas, e para isso investe em ferramentas de forma a ter condições de mensurar realisticamente sua exposição ao risco operacional, por exemplo, através de uma base de dados de perdas operacionais conforme disposto na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações. Em conjunto com esse processo também utilizamos o resultado da avaliação da nossa estrutura de controles internos. **23. Eventos subsequentes:** Em 2018 a Companhia submeteu à apreciação da SUSEP o nome do Sr. Francisco Ricardo de Medeiros Carneiro para ocupar os cargos de membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria. A aprovação e a posse ocorreram no dia 4 de janeiro de 2019. **24. Novas normas e interpretações ainda não adotadas: CPC 06 (R2) - Arrendamento Mercantil (IFRS 16):** Dentre as normas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se o Pronunciamento CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, este pronunciamento estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. O CPC 06 (R2) será aplicável quando referendado pela SUSEP. **CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15):** O CPC 47 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma substitui a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente. O CPC 47 é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia, com base em sua avaliação, não identificou impacto relevante com a adoção da norma em suas Demonstrações Financeiras. **CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9):** Dentre as normas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se o Pronunciamento CPC 48 - Instrumentos Financeiros, que inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 será aplicável quando referendado pela SUSEP. **IFRS 17 - Contratos de Seguro:** A IFRS 17 foi publicada em maio de

<p>☆ continuação</p>		<p>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p>	
<p>João Francisco S. Borges da Costa - Vice-Presidente Amir Camillo Khadjavi</p>		<p>Sven André Paul Fokkema - Presidente</p>	
<p>DIRETORIA</p>		<p>Roberto B. Pereira de Almeida Filho Fabiana Valério Arana</p>	
<p>Murilo Setti Riedel - Diretor Presidente Vagner de Paula Guzella - Diretor Vice-Presidente</p>		<p>Eugênio Flávio Pontes Rodrigues - Diretor Vice-Presidente Fábio José Pereira Leme - Diretor Vice-Presidente</p>	
<p>Priscila Scarlat Marques - Atuário Responsável Técnico, MIBA 2054 Wilson Roberto Alves - Contador - CRC 1SP135713/O-7</p>			

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA
EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

RESPONSABILIDADES

O Comitê de Auditoria (Comitê) da HDI SEGUROS S.A. (Companhia) foi constituído e funciona de acordo com as normas emanadas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), especificamente a Resolução CNSP nº 321/15 e alterações.

Compete ao Comitê assessorar o Conselho de Administração na supervisão (i) da qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) do cumprimento das disposições legais e regulatórias; (iii) da qualificação, independência e atuação dos auditores independentes; (iv) do desempenho da auditoria interna; (v) das atividades de gerenciamento de riscos e de controles internos, e (vi) da operacionalização da Estrutura de Gestão de Riscos e sua adequação.

É responsabilidade da Administração da Companhia a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes no Brasil, a definição e manutenção de controles internos adequados para garantir a qualidade e integridade das demonstrações financeiras, bem como do sistema de controle e gerenciamento de riscos.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração da Companhia, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, e de outras áreas julgadas necessárias pelos membros do Comitê, além das próprias análises e avaliações efetuadas pelo Comitê.

ATIVIDADES DO COMITÊ NO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018

As atividades e trabalhos desenvolvidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foram estabelecidos nos termos do Regulamento do Comitê de Auditoria e compreenderam, resumidamente, (i) reuniões periódicas

com os principais executivos da Companhia para acompanhamento dos resultados e de suas atividades no exercício, mais especificamente com os responsáveis pelas áreas de contabilidade, controladoria e impostos, financeira, auditoria interna, gerenciamento de riscos, *compliance*, controles internos, e ouvidoria; (ii) revisão dos balancetes mensais e demonstrações financeiras semestrais e anuais e correspondentes notas explicativas; (iii) reuniões com os auditores independentes para avaliação de seu plano de trabalho para as auditorias das demonstrações financeiras em 30 de junho e 31 de dezembro de 2018, acompanhamento dos seus trabalhos e correspondentes resultados; e (iv) reuniões trimestrais com o Conselho de Administração e Diretoria para avaliação dos resultados e apresentação das atividades e trabalhos do próprio Comitê de Auditoria.

Os resultados dos trabalhos efetuados foram reportados nas reuniões trimestrais do Conselho de Administração realizadas ao longo do exercício social. Não foram identificados fatos relevantes ou recomendações específicas para serem reportadas ao Conselho de Administração.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Considerando os resultados das atividades desenvolvidas e o relatório dos auditores independentes, o Comitê de Auditoria entende que os sistemas de controles internos e gerenciamento de riscos da HDI Seguros S.A. estão estruturados para propiciar o adequado registro e controle das suas operações, a aderência com os normativos internos, legais e regulatórios, e recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2019
Manuel Luiz da Silva Araújo **Amir Camilo Khadjavi** **Francisco Ricardo de Medeiros Carneiro**

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da HDI Seguros S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção da **HDI Seguros S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2018 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos

da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **HDI Seguros S.A.** em 31 de dezembro de 2018, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2019



PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Avenida Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino
São Paulo - SP - Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19 - CIBA 105

Carlos Eduardo Silva Teixeira
MIBA 729

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
HDI Seguros S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da HDI Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HDI Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2019



PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador CRC 1SP216397/O-5

SIJOBE ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES S/A.

C.N.P.J. nº.02.085.820/0001-59

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO 2018

Ativo	Passivo	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Circulante	Passivo Circulante	Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica 175.836,02d
Disponível 59.593,02d	Obrigações Diversas 149.779,31c	Encargos sociais 28.164,40d
Bancos 59.593,02d	Obrigações Fiscais Trabalhistas Previdenciárias 149.779,31c	Despesas tributárias 78.899,17d
Estoque 17.470.061,63d	Financiamentos e Debitos 1.104.424,50c	Diversas 97.146,65d
Bosque do Horto Jundiá - Terrenos 899.581,50d	Outras Obrigações 1.104.424,50c	Outras despesas operacionais 398.085,18d
Imoveis Destinados a Venda 16.570.480,13d	Total Passivo Circulante 1.254.203,81c	Despesas não dedutíveis 15.737,51d
Créditos 4.317.516,53d	Exigível a Longo Prazo	Resultado Financeiro Negativo Operacional 5.755,31d
Outros Creditos 4.317.516,53d	Financiamentos e Débitos 344.550,00c	Outras despesas financeiras 5.755,31d
Total Circulante 21.847.171,18d	Caução 344.550,00c	Resultado Financeiro Positivo Operacional 29.985,02c
Permanente	Total Exigível a Longo Prazo 344.550,00c	Outras receitas financeiras 29.985,02c
Investimentos 3.113.036,94d	Patrimônio Líquido	Resultado Participação societária 505.186,25c
Participação Permanente em Sociedade 3.113.036,94d	Capital Social 1.922.754,00c	Resultado Não tributáveis 505.186,25c
Imobilizado 918.451,59d	Diversos 1.922.754,00c	Total lucro e/ou prejuízo operacional 4.026.535,17c
Outras Imobilizações 967.532,02d	Reservas de Capital 4.078.350,78c	Distribuição do período
(-) Depreciações 49.080,43c	Diversos 4.078.350,78c	Impostos e contribuições do período 480.923,16d
Total Permanente 4.031.488,53d	Reservas de Lucros 1.650,00d	Impostos e contribuições 480.923,16d
Total Ativo 25.878.659,71d	Diversos 1.650,00d	Total distribuição do período 480.923,16d
	Lucros e/ou Prejuízos Acumulados 18.280.451,12c	Resultado líquido
	Diversos 18.280.451,12c	Lucro e/ou prejuízos 3.545.612,01d
	Total Patrimônio Líquido 24.279.905,90c	Resultado do período 3.545.612,01d
	Total Passivo 25.878.659,71c	Total resultado líquido 3.545.612,01d
	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Total demonstração do resultado do exercício 0,0
Demonstração do resultado do exercício	Impostos e contribuições 165.969,20d	
Lucro e/ou prejuízo operacional	Despesas operacionais 884.012,51d	
Lucro bruto 4.381.131,72c	Remuneração a dirigentes 24.000,00d	
Receitas bruta 4.547.100,92c	Pagamentos a empregados 66.143,58d	

